

Cientificidade e Relevância Social -I: Controvérsias sobre a Cientificidade da Psicologia e das Ciências Sociais¹

Anamaria Ribeiro Coutinho²
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO - Este artigo está voltado para uma discussão das relações entre a questão da cientificidade e a da relevância social, no caso da psicologia e das ciências sociais. Nesse sentido estas ciências são vistas enquanto parte dos paradigmas culturais que participam do processo de construção e regulação do sujeito na sociedade contemporânea. Mais especificamente, o objetivo é tentar entender como uma linguagem científica pode passar a ser constitutiva do que o sujeito "descobre" ser sua "realidade interna" — suas crenças e valores, e, mais ainda, as próprias explicações de suas ações. Neste artigo é abordada a discussão filosófica sobre o estatuto científico da linguagem explanatória dessas ciências, focalizando a controvérsia sobre o papel de *causas* versus *razões* no contexto explanatório. Essa controvérsia deriva de diferentes definições dadas a esses termos a partir de concepções alternativas de cientificidade dominantes no quadro contemporâneo: a objetivista e a pragmática. Nessa controvérsia são identificadas quatro posições básicas, refletindo diferentes combinações de papéis atribuídos a *causas* e *razões*.

Palavras-chave: filosofia da ciência; causa; razão; subjetividade; tecnologia da cultura.

Scientific Status and Social Relevance -I: Controversies on the Scientific Status of the Behavioral Sciences

ABSTRACT - The relations between the scientific status and the social relevance of the behavioral sciences are discussed. These sciences are viewed as an important part of the cultural paradigms which shape and regulate the individuals in contemporary society. More specifically, the objective is to understand how a scientific language may be constitutive of the individual's "inner reality" — his beliefs and values, and, above all, how he accounts for his own actions. This article deals with the philosophical literature on the scientific status of the explanatory language of the behavioral sciences which provides the basis for the discussion. The discussion focus on the controversy about the role of *causes* versus *reasons* in the explanatory context of these sciences. Such controversy reflects different definitions of these terms, which are derived from the two main views of science in the contemporary debate: objectivism and pragmatism. Four main positions are identified. These positions correspond to different combinations of the roles which are attributed to *causes* and *reasons* in the explanatory context of these sciences.

Key words: philosophy of science; cause; reason; subjectivity; technology of culture.

Este é o primeiro de dois artigos em que pretendo discutir, a partir de uma forma de articulação diferente das que são geralmente encontradas na literatura, as relações entre a questão da cientificidade da psicologia e das ciências sociais em geral, e a questão da relevância dessas ciências na sociedade contemporânea.

Tais relações são geralmente discutidas de duas formas básicas. Por um lado, considera-se o caráter objetivo das contribuições dessas ciências, e discute-se então as suas possíveis áreas de aplicação, em versões mais iluministas ou mais tecnocráticas, para o progresso da sociedade — que seria, nessa visão, correlato do progresso da ciência. Por outro lado considera-se o caráter necessariamente ideológico

das contribuições dessas ciências e discute-se então o seu papel, enquanto produção dos detentores do capital cultural, em termos de denúncia das formas de dominação mascaradas por essas ideologias, e/ou de defesa do caráter liberador que essas ideologias podem assumir no processo de mudança social. Os autores que defendem diversas versões dessas duas posições básicas em diferentes áreas são tão numerosos que não me parece fazer sentido pinçar alguns aleatoriamente para efeito de citação, ainda mais que essas posições foram acima esboçadas de forma bastante simplificada.

Não é meu propósito tentar avaliar aqui essas posições. Evidentemente, na medida em que vou discutir a questão da cientificidade, tal discussão terá implicações para uma consideração dessas posições. Entendo mesmo que a noção de cientificidade que vou adotar aqui, de certa forma, redefine essa problemática, levando a uma visão menos maniqueísta de aspectos importantes que podem ser encontrados em ambas as posições acima esquematizadas. Contudo, é o próprio foco de meu interesse que se situa em uma forma diferente de articulação dessas questões. Isto é, meu interesse está

1 Agradeço a Danilo Marcondes de Souza F. e a Luís Cláudio Figueiredo pela leitura e sugestões — feitas a um texto sobre a questão da linguagem explanatória das ciências e humanas e sociais em parte incorporado a este — e a Reynando Roesi por contribuição similar à versão aqui publicada.

2 Endereço: Departamento de Psicologia, PUC/Rio, Rua Marquês de São Vicente 225, 22453-900 Rio de Janeiro RJ.

centrado em tentar entender como a linguagem explanatória dessas ciências pode passar a ser incorporada à linguagem cotidiana e, mais ainda, como pode passar a ser constitutiva das crenças e valores do sujeito. Em outras palavras, e mais tipicamente aqui no caso da linguagem psicológica, como as suas explicações podem passar a fazer parte do que o sujeito "descobre" ser sua própria realidade interna.

É importante notar aqui, para compreensão de minha perspectiva de interesse, que a argumentação a ser apresentada nesse artigo faz parte de um trabalho mais amplo e que está sendo escrito em formato de livro, já em fase adiantada de elaboração e revisão. Esse projeto pretende selecionar e avaliar algumas das contribuições da filosofia da linguagem contemporânea que me parecem mais significativas para uma compreensão do papel da linguagem na construção e regulação do sujeito. Minha análise está centralizada mais especificamente na discussão da participação da linguagem na conformação de sensações e gostos e, em um nível mais geral de discussão, no papel da linguagem explanatória das ciências humanas e sociais nesse contexto.³

Por conseguinte — embora a partir de um diferente enfoque metodológico — esse artigo reflete a mesma perspectiva de interesse de autores que vêm analisando a relevância da psicologia e das ciências sociais, enquanto parte dos paradigmas culturais que participam do processo de construção e regulação do sujeito na sociedade contemporânea. Mais especificamente, essas ciências são vistas não apenas como refletindo, e de várias formas, os paradigmas culturais em que são formuladas, mas também como tendo um papel relevante na própria definição desses paradigmas.

Esse tipo de interesse no papel formador e regulador dessas ciências tem sido compartilhado por autores de diversas áreas e voltados para diferentes problemas. São reflexões tentando entender questões como a importância crescente dessas ciências na sociedade contemporânea, as razões políticas que levaram ao intensivo subsídio de determinadas áreas em determinados contextos (no hemisfério norte), o processo de difusão de suas teorias etc. Está totalmente fora do âmbito e do objetivo desse artigo resenhar mesmo resumidamente essa literatura, mas acho importante citar pelo menos alguns autores que marcaram de forma significativa, e mesmo radical, esse debate. Nesses casos a problemática da estruturação do sujeito — que foi elaborada mais abrangentemente pela psicologia mas que, dado que atravessa outras fronteiras disciplinares, tem sido ultimamente designada como a área "psi" — teve um papel central enquanto objeto de discussão. Tal papel foi atribuído a essa área na medida em que ela foi freqüentemente considerada paradigmática dos modelos de socialização correspondentes ao desenvolvimento das formas contemporâneas de individualismo. Nesse sentido, Parsons (1951) — tendo por interesse central a questão da

formação do consenso social e enfatizando, por conseguinte, a análise do papel dos processos de socialização — considera, já no início da década de 50, que é no processo de psicoterapia que os elementos fundamentais da questão do controle social foram mais explicitamente elucidados. Rieff (1966, 1979) analisa a importância de Freud como redefinindo os termos da ética tradicional, e considera que não só a psicanálise, mas também as subseqüentes teorias e práticas psicoterápicas, passam a ser representativas de uma nova forma de regulação flexível da sociedade que seria característica do desenvolvimento do individualismo contemporâneo. F. Castel, Castel e Lovell (1979) atribuem a difusão da psicologia nos Estados Unidos — a que chamam "a sociedade psiquiátrica avançada" — à necessidade de regular de uma forma flexível e moldar no *American dream* o imenso e diversificado contingente de imigrantes europeus desse século. R. Castel (1981) aponta então a importância desse modelo para as sociedades liberais européias, inclusive a sua própria, a França. Foucault (1977, 1979) analisa as ciências sociais como parte das tecnologias disciplinares que constituíram o sujeito moderno — interpretação e sujeito moderno estão implicados um no outro. Nesse sentido a psicanálise passa a ser privilegiada enquanto interpretando o que seria considerado a verdade mais "profunda" do sujeito, a sua sexualidade — daí representar o protótipo das "tecnologias do *self*".

Contudo, embora eu compartilhe do interesse desses autores pelo papel formador e regulador da psicologia e das ciências sociais em geral, essa questão será abordada aqui a partir de um enfoque metodológico diferente. Considero uma questão mais básica tentar entender *como* uma linguagem científica pode participar da constituição e regulação do sujeito; ou melhor, da definição do que o próprio sujeito considera ser sua realidade interna. Essa questão é, sem dúvida, extremamente complexa, mas considero que um dos pontos de partida particularmente interessantes para esse propósito é a discussão filosófica sobre o estatuto da linguagem explanatória das ciências humanas e sociais. Mais especificamente, a controvérsia sobre o papel de *causas* versus *razões* na linguagem explanatória dessas ciências que, por sua vez, já deriva de diferentes definições que são dadas a esses termos a partir de diferentes concepções sobre a linguagem científica, assim como sobre a linguagem em geral.

Neste artigo vou, inicialmente, apresentar de forma sucinta as duas principais concepções sobre o estatuto da linguagem científica no debate contemporâneo, dado que estas vão implicar em diferentes sentidos atribuídos a *causas* e *razões*, como mencionado acima. Em seguida, vou fazer uma classificação do que me parecem ser as quatro posições básicas nessa controvérsia que se estende por praticamente duas décadas como uma problemática central na filosofia das ciências humanas e sociais. Em artigo subseqüente (Coutinho, no prelo) vou discutir e justificar a posição por mim adotada em relação a essa controvérsia. Finalmente, argumento como a partir de tal posição torna-se possível uma

3 Escrevi dois artigos, que podem ser vistos como complementares a esta série, abordando diferentes aspectos na justificação da abordagem que venho utilizando (Coutinho 1994, 1995).

melhor compreensão do papel formador e regulador das ciências humanas e sociais. Ou, mais especificamente, uma compreensão de como a linguagem explanatória dessas ciências pode passar a fazer parte do tipo de causalidade a que os sujeitos atribuem as suas próprias crenças, valores e ações.

Concepções de Linguagem Científica

Há duas concepções de linguagem científica que podem ser vistas como dominantes e contrapostas no quadro contemporâneo. Essas concepções estão relacionadas tanto com as ciências humanas e sociais, como também com as ciências naturais. Essas concepções têm sido objeto de uma vasta literatura de controvérsias em que aparecem com diferentes designações — e freqüentemente diferentes conotações que remontam a diferentes tradições ou refletem diferentes ênfases — tais como *representacionismo*, *objetivismo*, *demarkacionismo*, *realismo* versus *convencionalismo*, *pragmatismo*, *relativismo*. Uma discussão dessas diferentes tradições e ênfases está fora do âmbito desse artigo — para uma discussão mais geral, ver, por exemplo, Hacking, 1983; Lakatos e Musgrave, 1979; von Wright, 1971.

Aqui essas concepções alternativas serão descritas em termos de seus aspectos mais centrais para os objetivos desse trabalho e serão designadas como *objetivismo* versus *pragmatismo*, termos que, aliás, refletem a auto-designação mais corrente dos autores das respectivas posições no debate contemporâneo.

Uma concepção objetivista de linguagem científica está basicamente vinculada à noção de verdade em termos de correspondência com a realidade e, portanto, está associada à busca — mesmo que essa seja vista em termos de sucessivas e problemáticas aproximações conjecturais — do conhecimento do real. Nesse tipo de concepção, a linguagem científica é considerada como um sistema formal que visa estabelecer as condições necessárias e suficientes para explicação dos fenômenos. Por conseguinte, a forma mais genérica de definir esse tipo de concepção é em termos de um ideal de objetividade na representação da realidade — seja essa empírica, lógica ou psíquica. A esse ideal correspondem uma procura de precisão e rigor na descrição e explicação dos fenômenos, assim como uma procura de leis que são vistas como subjacentes (profundas, latentes etc.) em relação aos fenômenos analisados.

Essa visão de ciência tem origem no século XVII com a formulação do projeto da ciência moderna, mas, na filosofia da linguagem do nosso século — e, portanto, no debate que é de interesse desse artigo — foi representada pelo empirismo lógico, pelo racionalismo crítico e, no caso das ciências humanas e sociais, também pelo estruturalismo. Nesse sentido suas raízes remontam tanto à tradição empirista, como também à tradição racionalista. Para a classificação de uma visão objetivista, de acordo com a definição formulada acima, não interessam distinções comumente significativas, assim como entre o uso de métodos indutivos ou dedutivos; ou ainda, entre a adoção de princípios de verificação, confir-

mação ou falsificação. Essas distinções refletem, tal como aconteceu a partir da década de 20, uma progressiva problematização da evidência da base observacional. Contudo, embora os fatos passem a ser vistos, em grande parte, como determinados pelas teorias, permanece nessa concepção a idéia de uma certa autonomia relativa dos fatos em relação à teoria para que a linguagem científica possa ter um mínimo de justificação extrínseca. Esse histórico de problematizações progressivas da evidência da base observacional é relatado em inúmeros manuais e coletâneas mas, para uma citação de figuras representativas no debate, ver, por exemplo, Carnap (1962) e Popper (1972).

Uma concepção pragmática de linguagem científica está vinculada a uma noção pragmática de verdade. Nesse sentido, em contraposição à concepção anterior, as formulações da linguagem científica são vistas como codificações ou sistematizações que devem ser justificadas para seus respectivos propósitos. O ideal de objetividade da concepção anterior é visto como "ilegítimo" ou "enganador", na medida em que se considera que há um número indeterminado de linguagens possíveis na interpretação de fenômenos a partir de diferentes pressupostos (lógicos, conceituais etc.) e de diferentes perspectivas de interesse. A essa crítica do ideal de objetividade da concepção anterior, correspondem analogamente considerações de que não há um único ideal de precisão e rigor, isto é, descrições e explicações dos fenômenos podem ser formuladas de forma precisa para determinados propósitos, mas tal precisão pode ser desnecessária ou mesmo disfuncional para outros propósitos. Similarmente, correspondem considerações de que não faz sentido pretender ter acesso a leis que sejam "em si" mais básicas (profundas, latentes etc.) em relação aos fenômenos analisados, na medida em que diferentes perspectivas justificam-se em termos de seus fenômenos de interesse.

Provavelmente a formulação mais influente dessa concepção de linguagem científica aparece na noção de *paradigma* de Kuhn (1970).⁴ Contudo essa concepção de linguagem científica tem uma fundamentação bastante anterior na filosofia da linguagem. Com efeito, pode ser considerada como uma extensão — ou mesmo uma sistematização relacionada com a área de filosofia da ciência — de considerações sobre a linguagem em geral que tinham sido feitas por Austin (1961, 1962) e Wittgenstein (1953).⁵

Esses autores, já na década de 30, antes da publicação de suas obras clássicas sobre o problema, começaram a questionar a visão representacional — objetivista — de linguagem. Ambos, e em que pesem seus diferentes estilos e áreas de interesse, passaram a compartilhar basicamente da noção de linguagem como uma prática social cujas múltiplas

4 A primeira edição desse livro data de 1962, mas nessa segunda edição em 1970 Kuhn redefine de forma mais explícita essa noção, em um posfácio, levando em consideração as ambigüidades de interpretação que tinham sido apontadas por vários de seus críticos.

5 O próprio Kuhn cita as afinidades de sua visão com a de Wittgenstein e, também, como discutirei a seguir, com a de Quine (1951).

convenções definem o sentido dos termos em suas diversas condições de uso. Para ambos essa concepção de linguagem é derivada da crítica central à noção de verdade enquanto correspondência da linguagem com a realidade, ou, analogamente, à noção de linguagem como representação da realidade. Essa crítica é baseada na própria inviabilidade de critérios que possam definir uma correspondência "correta", dadas, por um lado, a falta de acesso a uma realidade independente da linguagem e, por outro, a diversidade de linguagens possíveis. Os outros aspectos da concepção pragmática de linguagem científica acima esboçada são correlatos dessa crítica central e podem ser encontrados de modo análogo nesses autores. Em outras palavras, só faz sentido se falar em ideal de objetividade, em homogeneidade de critérios de precisão e rigor, em hierarquia natural ou necessária das leis que explicam os fenômenos etc.. quando se pressupõe uma base observacional estável que possa ser descrita de acordo com esses padrões de precisão, rigor e sistematicidade.

Contudo, a noção pragmática de verdade em termos de justificação, associada a essa problematização da evidência do real, não torna irrelevante na definição de sentido o que exista independentemente da linguagem, isto é, o "não meramente lingüístico". Com efeito, ao contrário, para alguns autores tornou-se uma problemática central discutir a participação da linguagem convencional na definição do que é considerado empírico. Kuhn é certamente um dos autores que tem esse problema como uma de suas questões centrais. Além do mais, pela própria posição que ocupou no debate sobre cientificidade devido à grande repercussão de seu livro antes mencionado, teve de discutir recorrentemente essa questão, respondendo aos críticos que o acusavam de defender a arbitrariedade e mesmo a irracionalidade (ver especialmente Kuhn, 1979). Um marco anterior e particularmente importante nesse debate é a contribuição de Quine, aliás, citado por Kuhn como uma de suas principais influências. Nesse sentido foi particularmente significativa para a redefinição pragmática de visão de cientificidade a sua análise de como a própria definição de um conceito empírico, na medida em que envolve classificações, deriva de considerações lógicas como identidade e similaridade (Quine, 1951). Mas em toda a sua obra encontra-se uma reflexão sobre essa problemática, abordada paralelamente ou sucessivamente, em seus diversos aspectos, em formulações tais como, a "inescrutabilidade da referência" a "indeterminação da tradução", a "subdeterminação das teorias", a "relatividade ontológica", o "compromisso ontológico das teorias" (ver, por exemplo, Quine, 1960, 1992).

Seguindo a tradição de Wittgenstein e Kuhn, vários autores na filosofia das ciências naturais vêm pesquisando de forma sistemática, há cerca de duas décadas, a diversidade de formas como a linguagem convencional participa na definição do que é considerado empírico. Em outras palavras, vêm analisando a diversidade de formas como as teorias das ciências naturais — tanto em termos das formulações de seus

conceitos, como também de suas explicações — são tão dependentes da observação de fenômenos considerados naturais, quanto são da de fatores macro e micro sociopolíticos. Em termos bastante gerais podem-se distinguir nessa discussão: pesquisas voltadas para a análise do discurso dos principais investigadores que participaram da formulação de teorias importantes; pesquisas que analisam não apenas o discurso dos principais investigadores, mas a multiplicidade de discursos dos diversos participantes do programa; pesquisas etno-metodológicas que registram e analisam a própria prática científica no contexto dos laboratórios; pesquisas que, nesse último caso, registram e analisam não apenas as interações entre os participantes, mas também os aspectos relacionados com os instrumentos utilizados; pesquisas que analisam as "negociações" que são feitas entre os pesquisadores no processo de interpretação dos resultados de experimentos e nos decorrentes usos dessas interpretações no contexto das teorias. Grande parte dos trabalhos significativos nessa literatura estão referenciados em uma coletânea relativamente recente (Pickering, 1992) que congrega para um debate autores representativos das principais abordagens, mas para análises mais específicas ver, por exemplo, Barnes, 1982; Bloor, 1991; Collins, 1992; Hesse, 1980; Knorr-Cetina, 1981; Latour, 1987, 1994; Pickering, 1984.

Entretanto, a adoção de uma concepção pragmática de linguagem científica tem levado a que os autores que discutem a filosofia das ciências humanas e sociais deixem de lado questões relacionadas com as articulações entre a linguagem e o não meramente lingüístico na definição do que é considerado realidade. Nesse sentido a linguagem passa a ser vista basicamente como um processo convencional de comunicação inter-pessoal e, correlatamente, o objetivo dessas ciências passa a ser a análise das representações dos agentes nas diversas comunidades lingüísticas. É comum esses autores situarem seus trabalhos como filiados a Austin e, ainda mais frequentemente, a Wittgenstein. Entretanto essa preocupação com o estatuto da realidade pode ser encontrada permeando a obra de ambos, quando menos porque, no início de suas carreiras, a visão representacional de linguagem era consensualmente não questionada. Dessa forma, nos dois casos, seus trabalhos refletem sucessivas reformulações, a partir de impasses de uma visão representacional de linguagem, até definirem o sentido da linguagem como derivando, em última instância, de convenções sociais. É assim que ambos têm como um projeto central a questão da desreificação da linguagem — ou melhor, a análise crítica de como a linguagem codifica e cristaliza reificações — e pregam para isso um retorno à análise da linguagem cotidiana, na medida em que é nessa que formamos nossa primeira visão de mundo. Em outras palavras, a linguagem cotidiana não é vista como a mais básica — a própria concepção de uma linguagem mais básica deixa de fazer sentido — mas como a primeira e, por conseguinte, formadora de nossa definição inicial de entidades. Tais reificações iniciais são posteriormente traduzidas para outras linguagens, inclusive as cien-

tíficas. Com efeito, no caso de Wittgenstein particularmente, a análise do papel da aquisição inicial da linguagem na definição da realidade pode ser vista como uma de suas preocupações centrais: quando aprendemos a falar, aprendemos também a observar e, nesse processo, definimos as primeiras entidades.⁶ A não consideração dessa problemática por parte de autores que discutem a filosofia das ciências humanas e sociais vai levar a várias confusões e problemas que vão ser discutidos aqui na apresentação das diferentes posições sobre o papel de *causas* e *razões* na linguagem dessas ciências.

Concepções de Causas e Razões

Como mencionado anteriormente, diferentes concepções sobre a linguagem científica implicam em diferentes sentidos atribuídos a *causas* e *razões*, assim como também em diferentes papéis atribuídos a esses termos na linguagem explanatória das ciências humanas e sociais. É importante notar que, embora meu interesse esteja focalizado nessas ciências, as considerações aqui formuladas têm evidentemente implicações para uma discussão do estatuto da linguagem explanatória das ciências naturais. Com efeito, a própria questão da demarcação entre esses dois tipos de ciências é um dos principais critérios na definição de posições na controvérsia a ser apresentada. Vou nessa seção fazer uma classificação do que me parecem ser as quatro posições básicas nessa controvérsia.

1. As explicações das ciências humanas e sociais podem ser formuladas em termos de *causas* ou *razões*, mas ambos os termos devem ser objetivamente definidos

Nessa primeira posição, as explicações das ciências humanas e sociais, da mesma forma que as das naturais, devem refletir uma visão objetivista de ciência. No caso das ciências naturais as explicações são formuladas apenas em termos das *causas* que regem os eventos, mas no caso das ciências humanas e sociais, na medida em que essas abordam ações humanas, as *razões* dos agentes podem também fazer parte do contexto explanatório. Contudo, para que explicações por *razões* possam ser classificadas nessa posição é necessário o pressuposto de que as ações humanas seguem uma racionalidade objetiva, mesmo que os agentes possam não estar conscientes dela em determinadas circunstâncias.

Por conseguinte, tanto no caso de explicações por *causas* como também por *razões*, as formulações refletem uma

preocupação com a procura de leis objetivas que definem as condições necessárias e suficientes para a explicação dos fenômenos analisados. Em outras palavras, um ideal de representação da realidade da forma mais rigorosa e precisa possível — ou de progressivas aproximações dessa representação — fundamenta essas formulações. Contudo, embora esse ideal de objetividade fundamente as formulações que se enquadram nessa primeira posição, há variações importantes na definição de explicação no interior dessa posição. Essas variações correspondem a diferenças apontadas anteriormente — na apresentação da concepção objetivista de linguagem científica — não só em termos de filiação básica à tradição empirista ou racionalista, mas também em termos do próprio grau de autonomia que é atribuído aos fatos em relação às teorias. Por um lado, abordagens indutivistas e "mais" empiristas definem explicações em termos mecanicistas como generalizações a partir de relações regulares de contigüidade entre fenômenos particulares. Por outro lado, abordagens dedutivistas e "menos" empiristas definem explicações em termos da subordinação de fenômenos particulares a hipotéticas leis universais da natureza, inclusive da natureza humana. Dessa forma, no primeiro caso, os fenômenos a serem explicados são considerados como fatos definidos a partir da base observacional dos conceitos e como tal poderiam ser verificados; enquanto que, no segundo caso, os fenômenos a serem explicados são considerados em grande parte como conceituais, mas os seus aspectos factuais proveriam a base para a confirmação ou falsificação das teorias conjecturais. A discussão de tais distinções no interior dessa posição não é pertinente para o objetivo desse artigo — para uma elaboração dessas distinções não só em relação a diferentes autores, como também em relação a formas de aplicabilidade dessas versões nas ciências naturais *versus* nas humanas e sociais, ver, por exemplo, Hempey, 1965; von Wright, 1971. Mas, em qualquer dessas versões, as ciências naturais são sempre vistas como estando mais próximas do ideal de objetividade e, nesse sentido, as ciências humanas e sociais são vistas como ainda bastante "imaturas".

Essa concepção de explicação científica pode ser vista provavelmente como dominante na justificação das teorias nas ciências humanas e sociais. Mas é importante notar que nessas ciências, em certos casos, as próprias teorias ou certos conceitos centrais só fazem sentido a partir de uma visão objetivista de ciência — frequentemente até em sua versão "mais" empirista, sendo os conceitos materialmente reificados. Um caso particularmente explícito é o da teoria linguística baseada em Chomsky, na medida em que aí, o próprio objeto da teoria é definido em termos das características centrais de uma visão objetivista de ciência, isto é, como sendo a análise das regras invariantes e subjacentes à diversidade dos fenômenos linguísticos, e que possam dar conta dessa diversidade (por exemplo, Chomsky, 1968). Ainda em outros casos, pressupostos objetivistas são a base da dicotomização dos próprios modelos de explicação em termos tais como, infra-estrutura *versus* superestrutura, base

6 Abordei acima de forma esquemática a trajetória do "descarte" do não meramente linguístico na filosofia das ciências humanas e sociais, em contraposição à das ciências naturais. Contudo essa problemática foi abordada de forma mais detalhada — mencionando as controvérsias envolvidas nas linhas de exegese dos principais autores — em outro artigo (Coutinho, 1994). Com efeito, naquele artigo esse foi o foco da discussão na justificativa de minha própria abordagem.

materia) versus ideologia, contingências versus comportamento verbal etc. Mas um modelo pode incluir simultaneamente, como é o caso do modelo operante de Skinner, características objetivistas — como ilustrado acima na dicotomização de contingências versus comportamento verbal, e ainda de uma forma mais geral, na própria proposta de estabelecimento das leis gerais do comportamento — e características que definem uma visão pragmática de ciências — como a definição básica da noção de sentido pelo uso (por exemplo, Skinner, 1953). As "mesmas" teorias podem ainda, em variantes de escolas, ser justificadas ou, mais propriamente, redefinidas a partir de visões objetivistas e pragmáticas de ciências. Dois exemplos típicos desse último tipo de caso encontram-se ainda no behaviorismo operante e na psicanálise. Nesse sentido a área experimental do behaviorismo operante — tal como exemplificada nas pesquisas da revista *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* — adota consistentemente os postulados de uma visão objetiva de ciência, enquanto que esses são questionados nas discussões de autores da área conceitual (por exemplo, Costall, 1980; Day, 1969; J. Moore, 1975) e, ainda mais, é defendida a proposta de uma redefinição consistente da teoria a partir de uma visão pragmática de ciência (Hayes, Hayes & Reese, 1988). Por outro lado, a teoria psicanalítica, que quase sempre reflete características de uma visão objetivista de ciência, e por vezes tem sido explicitamente justificada em termos do empirismo lógico (por exemplo, Frenkel-Brunswik, 1954; Hartmann, 1959), também foi objeto de tentativas de redefinição a partir de uma visão pragmática de ciência (Schafer, 1976; Sherwood, 1969). Contudo é importante notar que tais justificações a partir de visões alternativas de ciência mudam não apenas o estatuto das teorias, mas também o próprio sentido dos conceitos. Dessa forma, conceitos como *normalidade*, *liberdade*, *desenvolvimento*, *racionalidade*, *ideologia*, *inconsciente*, *pidsão*, *drive*, *necessidade* etc. — para citar apenas alguns conceitos óbvios nas ciências humanas e sociais — mudam de sentido dependendo se são vistos de uma forma reificada (materialmente ou conceitualmente) ou como parâmetros definidos pelas comunidades científicas para estabelecer determinadas comparações a partir de determinados propósitos.

Uma consideração importante pode ser derivada dessa relação acima mencionada entre a adoção de concepções de linguagem científica e as teorias das ciências humanas e sociais. No caso das ciências naturais a adoção dessas diferentes concepções de cientificidade implica em diferentes posicionamentos sobre os fundamentos epistemológicos das teorias e conceitos utilizados; contudo, essas concepções não são relevantes para a definição em si das teorias e conceitos. Em outras palavras, as teorias e conceitos dessa área não variam de sentido dependendo da concepção de cientificidade adotada. Dessa forma discussões sobre fundamentação epistemológica não interferem com a prática científica e podem ser reservadas a uma pequena comunidade de especialistas. Por outro lado, no caso das ciências humanas e

sociais, a própria formulação de teorias e conceitos envolve em si postulados de cientificidade. Por essa razão a discussão desses postulados me parece crucial para as ciências humanas e sociais, em oposição às ciências naturais — eles têm obviamente implicações para a seleção de teorias nessas áreas, para a interpretação dessas e também, como discutirei mais adiante, para a compreensão de sua relevância social.⁷

Já apresentei, na seção anterior, uma crítica mais geral aos postulados centrais da visão objetivista de ciência. Não vou me deter em criticar aqui mais especificamente essa posição, enquanto definição do papel da linguagem explanatória das ciências humanas e sociais, dado que o próprio desenvolvimento da argumentação das posições seguintes dará seqüência a esse propósito.

2. As explicações das ciências humanas e sociais devem ser formuladas em termos de razões pragmaticamente definidas

Nessa segunda posição as explicações das ciências humanas e sociais são definidas exclusivamente a partir de uma visão pragmática de *razões*. Estabelece-se então uma oposição entre uma visão pragmática de *razões*, que são consideradas como características das explicações nas ciências humanas e sociais, e uma visão objetivista de *causas*, que são consideradas como características das explicações nas ciências naturais. Dessa forma é rejeitado o postulado da posição anterior, de que as ações humanas seguem um padrão de racionalidade que pode ser objetivamente definido. Pelo contrário, considera-se que diferentes culturas podem refletir diferentes padrões de racionalidade, na medida em que não existem critérios a partir de que se possa privilegiar um desses como objetivo. Entretanto é mantido o postulado da posição anterior, de que as leis da natureza podem ser objetivamente definidas. Como consequência dessa forma de oposição entre as ciências humanas e sociais versus as ciências naturais, as primeiras deixam de ser vistas como "imaturas" e passam a ser vistas como basicamente "diferentes" das segundas.

Um dos primeiros autores a defender esse tipo de posição na filosofia da linguagem foi Winch, em *The Idea of a Social Science and Its Relation to Philosophy* (1958), que teve grande repercussão no debate aqui relatado e em que ele se propunha a discutir as implicações do pensamento de Wittgenstein para uma compreensão da natureza das ciências sociais. O núcleo da argumentação de Winch — que pode ser considerada também representativa da argumentação de grande número de autores que defendem essa segunda posição (por exemplo, Hart & Honoré, 1959; Louch, 1966; Melden, 1961; Schutz, 1962; Smart, 1964; Taylor, 1967) — é que tanto os cientistas naturais quanto os cientistas sociais aplicam um esquema conceitual a suas respectivas áreas, mas o que os cientistas naturais estudam tem uma existência

⁷ Devo notar que não tenho encontrado discussões dessa problemática na literatura.

independente desse esquema conceitual. Porém, no caso das ciências sociais, a existência da própria temática depende de convenções sociais. Isto é, não faz sentido se supor que os seres humanos tenham mandado e obedecido, por exemplo, antes de formularem os conceitos de *ordem* e *obediência*. Ou ainda, o conceito de *autoridade* não faz sentido fora de um sistema político, econômico e institucional e tais sistemas de normas são formulados pelos homens.

A partir desse tipo de argumentação estabelece-se uma dicotomização entre o conceito de *ações*, enquanto objeto de explicações nas ciências humanas e sociais, e o conceito de *eventos*, enquanto objeto de explicações nas ciências naturais. Há uma série de aspectos importantes na definição do conceito de *ações*, em oposição ao de *eventos*, que são diferencialmente enfatizados pelos diversos autores que participam desse debate. Nesse sentido as ações dependem das representações dos agentes, enquanto que os eventos independem dessas representações. As ações são também reguladas por convenções sociais, enquanto que os eventos são governados pelas leis da natureza. As ações têm ainda um caráter intencional, isto é, o homem age sabendo que há regras e tendo certos objetivos, enquanto que os eventos se comportam de acordo com leis necessárias. As ações, na medida em que têm um caráter intencional de objetivos, são logicamente inseparáveis da possibilidade de cometer erros. isto é, são desempenhos, e há formas certas e erradas de se desempenhar algo, além de esses desempenhos poderem ser bem sucedidos ou falharem em obter seus objetivos. Por outro lado, os eventos, na medida em que se comportam de acordo com leis necessárias, não podem evidentemente cometer erros. Finalmente, no caso de ações há escolha e livre arbítrio, enquanto que no caso dos eventos há determinação pelas leis da natureza.

Em resumo, a argumentação comum e básica é a de que a temática das ciências humanas e sociais são ações, algo que é único aos seres humanos e que envolve liberdade, escolha, responsabilidade, sentido, convenções, regras. A linguagem das ações foi constituída e usada no processo de ação dos seres humanos, logo as ações podem ser identificadas em termos de convenções e conceitos dos agentes.

Há dois aspectos que considero importante salientar aqui na avaliação dessa posição. Primeiro, é importante notar, como fica claro a partir do resumo formulado acima, a ambigüidade desse tipo de argumentação em termos da ênfase, por vezes, em aspectos relacionados com a subjetividade (liberdade, escolha, responsabilidade) e, por vezes, em aspectos relacionados com a intersubjetividade (convenções, regras). Mas, sobretudo, não se discutem possíveis articulações entre esses dois tipos de perspectiva. Com efeito nessa posição estão incluídos autores identificados com diferentes tradições, isto é, tanto autores identificados com o pragmatismo, como também autores identificados com a hermenêutica. Ambas tradições compartilham uma visão das ciências humanas e sociais como sendo interpretativas. Contudo, há uma importante distinção entre as duas tradições. No caso da

pragmática, há uma definição explícita da anterioridade lógica da intersubjetividade em relação à subjetividade. O desenvolvimento da argumentação para essa definição foi formulado basicamente por Wittgenstein (ver especialmente Wittgenstein, 1953; e, para uma discussão mais geral dessa tese, Bouveresse, 1976), mas, de um modo mais geral, pode-se considerar tal definição como sendo um corolário da própria definição pragmática de linguagem — uma prática social cujas múltiplas convenções definem o sentido dos termos em suas diversas condições de uso. Nesse sentido as representações dos agentes individuais remetem, em última instância, a convenções sociais. Por outro lado, na hermenêutica há uma definição da anterioridade lógica da subjetividade, mesmo que essa seja vista como estando sempre situada em um contexto intersubjetivo. Por conseguinte as representações dos agentes individuais expressam basicamente suas intenções, embora essas só façam sentido enquanto formuladas em termos de interpretações intersubjetivas (ver, por exemplo, Gadamer, 1983; Schutz, 1962).

Nesse contexto, a ambigüidade na definição das relações entre aspectos subjetivos e aspectos intersubjetivos caracteriza essa posição. Tal ambigüidade pode ser encontrada contudo em autores filiados a ambas as tradições acima mencionadas, embora essa filiação implique, pelo menos, em diferentes ênfases atribuídas a esses dois tipos de aspectos. Isso leva a impasses freqüentemente discutidos pelos críticos dessa posição. Vou citar três exemplos de Winch (1958) particularmente ilustrativos desses impasses, dado que foram sucessivamente retomados nas polêmicas da controvérsia aqui relatada.

Um desses exemplos é relacionado com a análise das razões do voto de um eleitor inglês no Partido Trabalhista. De acordo com Winch, esse voto teria de ser explicado a partir das representações — intenções — do votante. É evidente que tal tipo de explicação opõe-se a várias formulações da literatura sociológica e política consideradas mais "objetivas" — tais como posição de classe, tradição familiar, grupo de referência etc. — e que postulam que as pessoas podem não estar conscientes das ideologias que explicam suas atitudes. Um outro exemplo bastante polêmico está referido à literatura antropológica. Winch considera que cada sistema cultural (o exemplo citado nesse caso é o Azende) tem de ser analisado apenas em termos de suas próprias convenções, as representações dos agentes. Tal tipo de consideração implica em um questionamento das interpretações antropológicas e, ainda mais particularmente, daquelas que tomam explicitamente como parâmetro de comparação o sistema cultural do antropólogo. Ainda um terceiro exemplo é relevante dado que se distingue dos anteriores por, nesse caso, as representações dos agentes poderem não ser confiáveis. Winch considera que esse é o caso das explicações psicanalíticas sobre pacientes neuróticos que podem não entender os fatores envolvidos em suas representações (motivações psicopatológicas inconscientes). Mas, mesmo nesse caso, as explicações psicanalíticas só podem ser formuladas

em termos de razões que possam ser traduzíveis para o paciente e posteriormente entendidas e aceitas por esse.

Vou discutir esses três exemplos conjuntamente, dado que todos eles refletem o mesmo tipo de impasse, isto é, como conciliar o caráter privilegiado atribuído à perspectiva dos agentes, que são objeto da explicação, com a possibilidade de diferentes perspectivas de outros agentes, inclusive a dos agentes observadores. Em outras palavras, como abordar diferentes representações em um contexto explanatório. Inicialmente, deve ser lembrado que um dos aspectos centrais para a argumentação de que as ações humanas devam ser identificadas com as representações dos agentes é que a linguagem das ações foi constituída e usada no processo da ação humana, daí sendo derivado que as ações só podem ser identificadas em termos das convenções e conceitos dos agentes envolvidos. Contudo essa argumentação não considera que, pelo próprio fato de a linguagem ter sido moldada na ação humana, para se analisar o sentido de ações há sempre que considerar, não apenas a existência de diferentes convenções e conceitos, mas também a existência de diferentes perspectivas de observação no processo da mesma ação. Nesse sentido, mesmo no interior de um mesmo sistema de convenções, diferentes perspectivas de observação são combinadas de várias formas em diferentes conceitos específicos. Nenhuma dessas perspectivas é mais geral ou mais verdadeira do que as outras, mas as diferentes articulações dessas perspectivas têm de ser analisadas em conceitos específicos de ação. Nesse sentido, como aponta Pitkin (1972) em uma análise de diversos conceitos de ação que ela fundamenta em Austin, alguns conceitos de ação são muito mais dependentes das intenções — representações e conceitos dos agentes — do que outros: nós não podemos *'prometer'* sem ter uma intenção, mas podemos certamente *'ofender'* ou *'desapontar'* sem ter nenhuma intenção; ou ainda, precisa-se de intenção para *'mentir'*, mas não necessariamente para *'enganar'*.

A partir desse tipo de considerações deixa de fazer sentido o pressuposto de que as explicações sobre as ações humanas devam ser formuladas exclusivamente em termos das convenções e conceitos dos agentes. Em outras palavras, a análise do sentido das ações humanas envolve diferentes sistemas de convenções que, mesmo de uma forma mais geral, são não apenas as linguagens de diferentes culturas e de diferentes grupos sociais, mas também as interpretações dessas a partir de diferentes linguagens científicas refletindo diferentes questões. Além do mais, mesmo no interior do mesmo sistema de convenções, seja esse uma linguagem cotidiana ou uma linguagem científica, há diferentes perspectivas que estão articuladas de diferentes formas em conceitos específicos no processo de ação e observação. Nesse sentido os impasses suscitados nas controvérsias sobre a posição de Winch podem ser equacionados levando em consideração tal diversidade de convenções e perspectivas como fazendo parte das interpretações possíveis. Parece-me óbvio que uma explicação, para ser considerada científica, deva ser

formulada em termos de um sistema de convenções coerente e de uma perspectiva de análise explicitamente definida. Contudo, daí não se pode concluir que a perspectiva subjetiva dos agentes deva ser considerada com exclusividade.

A crítica acima formulada em relação a essa segunda posição é coerente com a visão pragmática de linguagem, dado que esta situa as perspectivas subjetivistas no interior de um sistema intersubjetivo de convenções. Entretanto deve-se notar, como mencionado anteriormente, que Winch (1958) — privilegiado aqui nessa argumentação pela própria importância que teve no debate dessa posição — define o objetivo de seu livro como o de discutir as implicações do pensamento de Wittgenstein para a compreensão das ciências sociais. Com efeito seu livro foi mesmo o primeiro a ter esse objetivo. Muitos outros autores filiados a essa mesma tradição, também como notado anteriormente, defendem essa posição de maneira análoga.⁸ Essa posição é contudo compreensível no caso de autores filiados à hermenêutica, dado que esses postulam a anterioridade lógica da subjetividade, embora essa esteja situada em um contexto intersubjetivo.

O segundo aspecto que considero importante salientar aqui na avaliação dessa posição está relacionado com a oposição que é feita entre as ciências humanas e sociais versus as ciências da natureza. Tal oposição corresponde obviamente à clássica distinção formulada pelos hermeneutas desde o final do século passado entre as ciências da cultura e as ciências da natureza. Por razões análogas às discutidas acima, essa posição é também coerente com os pressupostos da hermenêutica. Isto é, porque as consciências individuais se expressam sempre através de convenções culturais, a compreensão de qualquer produção cultural remete sempre à interpretação de seu sentido tanto no contexto original, como também nos diversos contextos de sua tradução. Daí as ciências humanas e sociais serem vistas como necessariamente interpretativas — o seu próprio objeto é sempre coexistente com a interpretação. Contudo, nessa visão, tal caracterização não se aplica similarmente às ciências naturais. Essas são vistas como abordando objetos que existem independentemente da interpretação. Na visão pragmática o questionamento é mais básico. Como discutido anteriormente, é a própria questão do sentido da linguagem em geral que é redefinida. Qualquer objeto que exista independentemente da linguagem — não meramente lingüístico — tem de ser sempre definido a partir de uma linguagem convencional. A partir daí diferentes teorias nas ciências naturais — usando uma terminologia de Quine — têm diferentes "compromissos ontológicos". Nesse sentido — usando ainda outra terminologia de Quine, mas compartilhada por vários filósofos das ciências naturais — há uma "subdeterminação das teorias" em relação aos fatos (ver, por exemplo, Hesse, 1978). Por conseguinte não se pode pretender definir objetivamente as

8 No caso de autores que seguem a linha de Austin deve ser notado que uma parte significativa desta literatura passou a definir basicamente, e de uma forma geral, a questão do sentido da linguagem a partir das intenções dos falantes e ouvintes (ver, por exemplo, Grice, 1969).

leis da natureza, na medida em que há uma diversidade de codificações possíveis que são compartilhadas pelas diversas comunidades científicas. O consenso de uma determinada comunidade científica vai depender de compartilhar não só as mesmas questões, mas também as mesmas convenções lógicas e os mesmos tipos de procedimentos.

Por outro lado, essa oposição entre as ciências da natureza versus as ciências humanas e sociais também postula que, no caso dessas últimas, a temática depende de convenções sociais. Ou, mais especificamente, no caso dessas ciências são deixadas inteiramente de lado considerações sobre a participação do não meramente lingüístico na definição das convenções sociais. Tais considerações sobre a participação do não meramente lingüístico na definição da interpretação não seriam incompatíveis com a caracterização das ciências humanas e sociais como "duplamente interpretativas" — isto é, elas se constituem de interpretações dos cientistas sobre as interpretações dos agentes, tal como apontado por vários autores, inclusive Taylor e Winch. Encontram-se mesmo, freqüentemente, nessas ciências cadeias de interpretações em que as interpretações de determinados cientistas são reinterpretadas por outros. Contudo nada disso exclui a possibilidade de fatores não meramente lingüísticos participarem da definição das convenções e conceitos dos agentes.

Uma distinção formulada por Searle (1971) entre "regras regulativas" e "regras constitutivas" parece-me bastante útil para ilustrar o ponto que estou levantando aqui, porque ele discute esses conceitos a partir de exemplos de temáticas sociais — embora seu propósito específico seja diferente do meu.⁹ Regras regulativas são as que regulam ações que existem independentemente dessas regras, ou que as antecedem. O exemplo citado são regras de etiqueta regulando relações interpessoais que existem independentemente dessas regras. Regras constitutivas, porém, não apenas regulam mas criam mesmo ou definem novas formas de ação. O exemplo citado são as regras do futebol, que não apenas regulam, mas criam a possibilidade desse jogo e o constituem. Retomando o ponto que pretendo levantar aqui: a questão da participação do não meramente lingüístico na definição de convenções lingüísticas é extremamente complexa e relevante no caso das ciências naturais e, mais ainda, no caso das ciências humanas e sociais. Esse ponto pode ser tornado mais explícito substituindo o exemplo citado por Searle — de regras (ou convenções) regulativas como as de etiqueta regulando relações interpessoais, que existem independentemente dessas convenções — pelo exemplo de convenções de matrimônio regulando relações sexuais que existem independentemente dessas convenções. Pode-se considerar que nesse tipo de caso as relações interpessoais ou sexuais, que existem independentemente das convenções acima mencionadas, já são por sua vez reguladas por outras convenções. Mas, independentemente do fato de poder haver

uma cadeia de convenções (ou interpretações), em algum ponto há "algo" que, mesmo não tendo apenas uma versão possível e "natural", tem um caráter não meramente lingüístico e faz parte das interpretações e convenções. Escolhi citar o exemplo de relações sexuais porque nesse caso, por ser um pré-requisito para a própria sobrevivência biológica da espécie de organismo humano, tem de estar associada à noção de *materialidade* em seu sentido mais óbvio.

Acho que a complexidade e potencial ambigüidade do que mencionei acima, de forma bastante condensada, demandam maior explicitação de certas considerações envolvidas. Em diversos pontos no decorrer desse artigo, e de diversas formas, mencionei que qualquer objeto que exista independentemente da linguagem tem de ser sempre definido a partir de uma linguagem convencional. Tal consideração, por sua própria lógica, aplica-se similarmente às ciências naturais e às ciências humanas e sociais. No caso das ciências humanas e sociais, a questão das articulações das linguagens dessas ciências com o não meramente lingüístico — e, ainda mais particularmente, o de caráter biológico — é consideravelmente mais complexa e obviamente muito mais sujeita a controvérsias. O debate intenso do qual participaram autores conceituados das mais diversas áreas após a publicação de *Sociobiology* (Wilson, 1975) é particularmente ilustrativo de tais controvérsias. Wilson não considera que as diversidades culturais e desigualdades sociais encontradas no mundo contemporâneo possam estar relacionadas com fatores biológicos. Por um lado, a introdução da linguagem simbólica no caso do organismo humano faz com que as possibilidades de diversificação nas formas de relacionamento social e desenvolvimento individual sejam por demais complexas. Por outro lado, qualquer mudança mínima em nossa programação genética envolveria um tempo muito maior do que o decorrido desde a organização das culturas conhecidas. Contudo ele próprio, a partir das recorrências encontradas em sua extensa documentação e discussão da vida social de muitas espécies de organismos biológicos — assim como muitos outros autores que defenderam a sua metodologia — não deixaram de fazer detalhadas elaborações sobre características psicossociais da natureza humana que foram altamente questionadas. A visão pragmática de linguagem científica defendida aqui implica em uma crítica à postura metodológica adotada não só na formulação dessas elaborações sobre a natureza humana, como também, na maior parte dos casos, nos questionamentos formulados. Isto é, na maior parte dos casos os fatores biológicos — tal como codificados nas teorias correntes sobre programação genética, neurotransmissores etc. — são, ou naturalizados, ou descartados como irrelevantes. A visão de linguagem científica defendida aqui, em relação a esse debate que foi usado como ilustração, estaria alinhada com a de autores que, mesmo estando em áreas diversas como o biólogo Gould (1978) e o antropólogo Sahlins (1978, 1979), vêem o que seria a natureza como estabelecendo limites nas possibilidades e potencialidades do organismo biológico humano.

9 O propósito de Searle é o desenvolvimento da teoria dos atos de fala na linha de Austin.

Isto é, a "ordem cultural" (convenções, na terminologia de Sahlins) organiza e codifica o que é dado pela natureza em termos de possibilidades e potencialidades. Em outras palavras, embora haja uma anterioridade lógica das convenções lingüísticas que definem não apenas as formas de organização culturais e sociais possíveis, mas também as próprias teorias na codificação dos fatores biológicos, há de se considerar que o espectro do potencial humano é circunscrito pela sua biologia. Em resumo, não estou preocupada aqui com o relativo grau de indeterminação das teorias em diferentes áreas das ciências naturais versus humanas e sociais; contudo, na medida em que em ambos os casos as leis da natureza (inclusive da natureza humana) são convencionais e em que, também, essa própria natureza delimita tais convenções, não há base para se estabelecer a oposição entre os tipos de explicação dessas ciências tal como formulados por essa segunda posição.

Outros aspectos de crítica a essa posição serão desenvolvidos após a sequência de argumentação das posições seguintes.

3. As explicações das ciências humanas e sociais envolvem simultaneamente *razões* pragmaticamente definidas e *causas* objetivamente definidas, dependendo de diferentes perspectivas de interesse

Nessa terceira posição, as explicações das ciências humanas e sociais são definidas simultaneamente a partir de uma visão pragmática de *razões*, como na posição anterior, e de uma visão objetivista de *causas*, como na primeira posição. Essas formas alternativas de explicação são vistas como refletindo diferentes perspectivas de interesse na abordagem da mesma problemática, tanto no caso das ciências humanas e sociais como no caso das ciências naturais.

A tentativa de compatibilizar, em diversos tipos de formas e combinações, aspectos interpretativos com aspectos objetivistas na fundamentação das ciências humanas e sociais aparece recorrentemente em propostas clássicas como a metodologia de Weber, a pragmática universal de Habermas e a hermenêutica crítica de Ricoeur (por exemplo, Habermas, 1979; Ricoeur, 1978; Weber, 1947). Essa terceira posição, tal como definida na controvérsia filosófica relatada neste artigo, embora compartilhe de propósitos similares a essas propostas acima mencionadas, caracteriza-se especificamente por postular que aspectos interpretativos e aspectos objetivistas coexistem na explicação da mesma problemática dado que esses diferentes aspectos refletem diferentes perspectivas de interesse na abordagem da problemática. Esse tipo de posição é relativamente comum na filosofia das ciências naturais, mas no caso das ciências humanas e sociais é defendido particularmente por Toulmin. Com efeito, Toulmin era originariamente físico mas posteriormente dedicou-se basicamente à filosofia da ciência e à ética. Em uma série de livros e artigos — por exemplo, 1969, 1970, 1972, 1976 — defende essa posição não só em relação à filosofia das ciências naturais, mas também em relação à filosofia das

ciências humanas e sociais.¹⁰ Embora essa posição esteja referida mais particularmente a esse autor, a importância que ele teve na controvérsia aqui relatada por si só demandaria a sua apresentação. Além do mais, tendo em vista a minha própria perspectiva de interesse, por ser esse autor muito claro em sua definição de como podem ser compatibilizados aspectos interpretativos com aspectos objetivistas, a sua argumentação torna-se particularmente útil para ilustrar impasses envolvidos em tais propostas.

A base da argumentação de Toulmin é que a justificação racional da ação humana é potencialmente compatível com um contexto causal. Isto é, explicações sobre as *razões* de um sujeito — visão pragmática — não estão em competição com explicações sobre as *causas* de seu comportamento — visão objetivista. Mais especificamente, esses dois tipos de explicação não são nem equivalentes, nem inconsistentes, mas coexistem.

A problemática a que esse tipo de argumentação pretende responder está correlacionada com a formulação de uma divisão no contexto explanatório das ações entre aspectos biológicos e aspectos mentais. Isto é, essa argumentação pretende responder aos problemas suscitados pela clássica formulação dualista cartesiana — relação entre mente e corpo — que desde então teve várias redefinições e equacionamentos. A posição de Toulmin representa uma das versões dualistas dominantes no quadro contemporâneo. Tal posição corresponde, por um lado, à definição de *causas* do comportamento em termos de processos neurofisiológicos do cérebro que se conformam aos mesmos princípios de outros processos físicos ou mecânicos de uma visão objetivista das ciências naturais; e, por outro lado, à definição de *razões* da ação em termos de idéias e pensamentos que justificam as deliberações do agente humano na perspectiva de uma visão pragmática de ciências humanas e sociais.

Essa problemática não se coloca para a posição anterior. De acordo com aquela posição as ações devem ser explicadas apenas por *razões* definidas pragmaticamente e, nesse sentido, questões relacionadas com uma causalidade biológica objetivista são descartadas como irrelevantes para a explicação de ações.

O ponto de partida para a argumentação de Toulmin é que os processos neurofisiológicos do cérebro são subjacentes e estão associados a todos os nossos comportamentos e ações. Mas ele faz uma distinção entre comportamentos automáticos e ações racionais — mesmo não vendo tal distinção como absoluta ou sempre claramente demarcada. Os comportamentos automáticos são respostas a estímulos que não são aprendidas. Ações racionais são caracterizadas como uma complexa série de habilidades que têm de ser aprendidas no decorrer da vida do agente humano em um contexto social e, na medida em que são aprendidas em um contexto social, são assim dependentes de convenções sociais. No primeiro caso

¹⁰ Vários de seus trabalhos abordam especificamente a filosofia da psicologia.

estão incluídos não apenas comportamentos tipicamente considerados automáticos, como aqueles relacionados com o sistema nervoso autonômico (piscar, corar etc.), mas também comportamentos que possam envolver a falta de controle (como fazer explosivamente comentários inconvenientes ou agressivos) ou a falta de atenção (como trocar as notas de dinheiro por engano na hora de efetuar um pagamento). Em contraste, ações racionais envolvem procedimentos de deliberação, cálculo ou justificação (como na avaliação de estratégias políticas alternativas, na realização de uma pesquisa científica, no jogar xadrez etc.). Podem também ser enquadradas nessa categoria ações feitas por hábito e sem reflexão, mas que se conformem a convenções sociais (como formas de cumprimento social padronizadas socialmente); contudo, nesse tipo de casos, o agente deve ser capaz de articular posteriormente uma justificação para sua ação. Por conseguinte, para que fatores ou considerações possam ser considerados *razões* para uma ação, é necessário que o agente os reconheça como tal.

Tais distinções e considerações levam Toulmin a defender a posição de que as *razões* por que um sujeito age têm um papel indispensável dentro do contexto geral de explicações que determinam o seu comportamento. Mas o enunciado de suas *razões* não é nunca, em si, um enunciado das *causas* que determinam o seu comportamento. Os dois tipos de explicação não são nem equivalentes nem inconsistentes, eles simplesmente se superpõem. Daí Toulmin conclui que todo comportamento é explicável por *causas* e algumas ações são também justificáveis por *razões*. Quando as ações são feitas por *razões*, essas passam então a fazer parte do contexto de explicações causais. Mas isto só indiretamente, de forma racional — isto é, reflexão moral, deliberação prática, cálculo intelectual — que são inculcados através da educação e da experiência. Em resumo, as *razões* compelem, mas não forçam.

A compatibilização desses dois tipos de explicação, que podem evidentemente levar a formulações incongruentes, é equacionada por Toulmin em termos evolucionários. Ele define basicamente a sua proposta como referida à tradição kantiana e, nesse sentido, como postulando que a justificação racional é potencialmente compatível com um contexto causal. Tanto no caso das ciências naturais, como no caso das ciências humanas e sociais, há uma expectativa e um ideal de que o desenvolvimento das diversas práticas científicas — que correspondem às diferentes perspectivas de interesse das diferentes comunidades científicas — conduzam eventualmente a uma produção consistente e integrada. Nesse processo de desenvolvimento as ciências naturais são vistas como já tendo atingido um nível maior de consenso por compartilharem paradigmas, enquanto que as ciências humanas e sociais são ainda mais "imaturas" e pré-paradigmáticas. Tal imaturidade pode ser entendida levando-se em conta a complexidade da problemática da explicação da ação humana. Nesse sentido há uma grande diversidade de questões e de perspectivas de interesse na análise das ações e, corre-

latamente, uma diversidade de disciplinas e teorias refletindo tais abordagens. Mas essas abordagens compartilham fronteiras flexíveis e, portanto, devem permanecer a expectativa e o ideal de que no futuro essas áreas tão diversas — assim como as neurociências, a antropologia social, a psicologia do desenvolvimento, a psicanálise, a psiquiatria, a lingüística, a história da ciência — compartilhem uma produção consistente e integrada. Daí se segue que, quando conceitos básicos em áreas fronteiriças são incongruentes e incompatíveis, torna-se legítimo criticar esses conceitos. Em resumo, os diversos "jogos de linguagem" (Toulmin usa freqüentemente essa concepção de Wittgenstein) das diferentes áreas devem conduzir eventualmente a uma produção sistemática que se conforme aos padrões de objetividade de Kant.

Em um nível mais geral, a crítica a essa proposta de compatibilização de Toulmin já foi discutida anteriormente nesse artigo. Isto é, já foi discutido aqui que o ideal de objetividade do racionalismo (nesse caso, o kantiano) é identificado pela visão pragmática (a partir de Wittgenstein) como subsidiário de uma visão representacional da linguagem e, nesse sentido, como sendo "ilegítimo" e "enganador". Em um nível mais específico, a problematização dessa proposta de compatibilização torna-se mais explícita na discussão das possíveis incongruências entre o que são consideradas as *causas* de um comportamento e as *razões* que o sujeito dá para esse comportamento. A problemática relacionada com essas possíveis incongruências será discutida na posição subsequente.

4. As explicações das ciências humanas e sociais devem ser formuladas quase sempre em termos de *razões* pragmaticamente definidas, mas há áreas residuais em que *causas* objetivamente definidas precisam ser utilizadas

Essa quarta posição representa, como a anterior, uma forma de combinação de aspectos pragmáticos e aspectos objetivistas nas explicações das ciências humanas e sociais; contudo, enquanto que na posição anterior tais aspectos diversos eram vistos como compatibilizáveis na explicação dos mesmos problemas, aqui eles são vistos como referidos a diferentes problemáticas no interior das ciências humanas e sociais. Mais especificamente, nessa quarta posição as explicações dessas ciências devem ser formuladas quase sempre em termos de *razões* pragmaticamente definidas; entretanto, quando tais *razões* são insuficientes para explicar as ações, torna-se necessário utilizar *causas* objetivamente definidas.

Por conseguinte, da mesma forma que na posição anterior, há também nessa quarta posição uma versão do postulado dualista mente-corpo; porém há uma tentativa de equacioná-lo escapando das possíveis incongruências mencionadas anteriormente. Isto é, um problema suscitado pela posição anterior é que nem sempre existe uma congruência entre o que são consideradas as *causas* de um comportamento e as *razões* que o sujeito dá para esse comportamento; entretanto,

aquela posição não tem como dar conta dessa possível incongruência.

A apresentação dessa posição aqui privilegiará a versão de Peters. Seu livro, *The Concept of Motivation* (1958), é considerado uma análise clássica das teorias psicológicas da motivação a partir da filosofia analítica, sendo assim frequentemente citado e debatido na controvérsia aqui relatada. Além do mais, o que facilita a minha apresentação, ele critica diretamente a posição de Toulmin, enquanto debatedor de um artigo desse autor em uma coletânea organizada para refletir a discussão de conceituados autores sobre a natureza das explicações nas ciências humanas e sociais (Peters, 1970).

Segundo Peters o discurso de justificação racional não é suficiente nas ciências humanas e sociais. Esse tipo de discurso não responde à diferença entre as questões "qual foi a razão *dele* para fazer isto?" e "qual foi a razão *por que* ele fez isto?" A primeira questão apela a intenções e convenções — *razões* em termos pragmáticos —, enquanto que a segunda apela a respostas causais — *causas* em termos objetivistas. Em outras palavras, Peters considera que o discurso de justificação racional não responde à questão sobre quais são os "desejos" do agente e são esses que fazem com que uma razão possa compelir, assim como no caso de fome, inveja ou ambição. A tentativa de compatibilizar os dois tipos de explicação leva a formulações incongruentes, porque são os próprios modelos de explicação que são incongruentes. Por conseguinte não faz sentido supor que *razões* possam ter um papel importante dentro do contexto de explicações causais, isto é, considerações racionais não podem *compelir* ou *forçar*.

A proposta de Peters passa então a envolver a diferenciação entre as áreas das ciências humanas e sociais que devem ser explicadas por *razões* e as áreas que devem ser explicadas por *causas*. A grande parte das explicações de ações é vista em termos de uma definição pragmática de *razões*, assim como na segunda posição. Há uma diferença importante a esse respeito, contudo, entre a posição de Peters e a segunda posição. Peters articula as perspectivas subjetivistas a um sistema intersubjetivo de convenções, enquanto que os autores da segunda posição não fazem tal articulação, sendo mesmo bastante ambíguos na definição de relações entre a subjetividade e a intersubjetividade — problema que abordei em minha crítica à segunda posição e a que me dirigirei mais detalhadamente logo abaixo na apresentação da posição de Peters. Há ainda um outro aspecto importante na diferenciação entre a posição de Peters e a segunda posição. Quando esse autor considera que as explicações por *razões* são insuficientes para dar conta de determinadas ações, ele distingue a área dessas ações como devendo ser explicada por *causas* objetivamente definidas. Nesse sentido os processos neurofisiológicos do cérebro são vistos por ele como se conformando aos mesmos princípios de outros processos físicos ou mecânicos de uma visão objetivista das ciências naturais. Dessa forma o tipo de causalidade que na segunda posição é atribuída apenas aos

eventos das ciências naturais, passa a ser atribuído por Peters também a uma parte residual das ações humanas.

Como mencionado acima, a grande parte das ações são explicadas por Peters em termos de *razões* pragmaticamente definidas. A argumentação dessa posição é extensamente elaborada em *The Concept of Motivation*. Nesse livro Peters critica, em geral, o caráter de causalidade que é comumente atribuído às teorias psicológicas da motivação. As principais versões até então formuladas de teorias da motivação, em suas diversas explicações de causalidade postuladas em termos de variáveis biológicas, mentais ou emocionais — a partir de concepções tais como *necessidades*, *drives*, *motivos* — são sucessivamente apresentadas e criticadas. O ponto central de sua argumentação, que ele vai debatendo em relação às diversas teorias — sejam essas formuladas na psicologia experimental, na psicologia do desenvolvimento, na psicologia social ou na psicologia clínica —, é que elas são geralmente redescritivas e não explicativas. Isto é, elas descrevem a direcionalidade do comportamento. Dois exemplos vão ser aqui utilizados, de forma bastante simplificada, para ilustrar essa argumentação. No caso de teorias que remetem ao conceito de *necessidades*, esse próprio conceito implica atenção para o modelo de seguir regras, normas e convenções. Nesse sentido essas teorias descrevem condições consideradas deficientes em relação às normas vigentes — por exemplo, João necessita ser mais competitivo, ter uma vida sexual mais interessante, descobrir-se, auto-realizar-se etc. No caso de teorias que remetem a *drives* relacionados com estados finais (diferentes formas de hedonismo ou de busca de redução de tensão), a referência à satisfação é geralmente uma forma de descrever objetivos que são considerados válidos por si mesmo — por exemplo, comida, satisfação sexual, curiosidade etc. Em suma, em ambos os casos as teorias descrevem a direcionalidade do comportamento e usam conceitos motivacionais que implicam uma série de pressupostos sobre normas, convenções e expectativas sociais, além de uma série de pressupostos sobre modelos de natureza humana que são também convencionais. Por conseguinte as explicações das teorias motivacionais não são vistas por Peters como causais, embora tenham sido muito frequentemente consideradas como tendo esse estatuto. Tal interpretação deriva da postulação de uma conexão causal entre os objetivos sociais que são descritos e algum tipo teórico de "mola interna" da ação. Essa argumentação leva Peters a considerar que a antropologia e a sociologia devem ser vistas como ciências mais básicas do que a psicologia, na medida em que descrevem sistemas de normas e convenções que vão ser pressupostos pelas teorias psicológicas."

11 É importante notar que a posição de Peters é bastante diferente da também clássica crítica de Ryle (1949) à explicação de ações a partir de conceitos mentais de motivação — "*the ghost in the machine*". Ryle redefine a explicação de ações em termos de "disposições"; explicação essa que, embora não pretenda ser objetivamente causal, remete à subjetividade do agente. Peters, pelo contrário, remete a explicação das motivações subjetivas a convenções sociais.

É a articulação que Peters faz das perspectivas subjetivas a sistemas intersubjetivos de convenções que vai possibilitar essa sua redefinição da explicação de ações por conceitos motivacionais para uma explicação de ações por *razões* definidas pragmaticamente. Contudo ele considera que há áreas residuais nas ciências humanas e sociais em que tais explicações por *razões* são insuficientes. Essa insuficiência se dá quando as ações envolvem desvios de normas que não podem ser justificados, isto é. ou quando a relação entre uma ação e os alegados objetivos não é plausível, ou quando não há objetivos para a ação. Essas ações, consideradas "estranhas", só podem ser explicadas por *causas* definidas objetivamente. É em relação a tais ações que Peters situa o papel da psicanálise, enquanto voltada para explicar como as pessoas podem ter padrões "estranhos" de ação. Mas a relevância da psicanálise não é dada pelas "descobertas" em si de Freud. Embora Peters considere essa teoria extremamente interessante, ele critica particularmente o caráter generalizante das especulações de Freud. Para Peters a relevância de Freud deriva sobretudo de haver mostrado, pelas implicações do que fez, que o modelo de seguir regras com objetivos é insuficiente para conceitualizar sua problemática.

As críticas que formulei anteriormente à visão objetivista de explicação aplicam-se evidentemente também a Peters, não só no que se refere à sua caracterização de ciências naturais, mas também de áreas consideradas residuais nas ciências humanas e sociais. É importante ainda notar que sua posição, de certa forma, equaciona o tipo de incongruência suscitado pela posição anterior — a possível incompatibilidade entre as *razões* formuladas pelo agente e o que são consideradas as *causas* de seu comportamento — através de sua divisão das próprias ciências humanas e sociais em áreas referidas a diferentes modelos de explicação. Entretanto sua posição suscita um problema não menos tortuoso do que o anterior, a saber, a questão da demarcação entre quais seriam as ações "estranhas" e as "não estranhas". Em outras palavras, a avaliação da plausibilidade da relação entre as ações e seus alegados objetivos é uma questão demasiadamente ambígua para que possa servir de base para uma demarcação do uso de modelos de explicação alternativos.

Finalmente é ainda importante notar que a posição de Peters pode ser vista como uma versão elaborada na filosofia da linguagem, de um tipo de dicotomização formulada por muitos autores nas ciências humanas e sociais, entre áreas dessas ciências que explicariam as ações "racionais" e áreas que explicariam o que é visto como escapando a essa categoria — assim como as ações psicopatológicas, a subserviência, a resignação etc. (por exemplo, B. Moore, 1978). Contudo é freqüente que autores que formulem tal dicotomização não se enquadrem nessa quarta posição, tal como aqui definida, por também explicarem as ações "racionais" a partir de uma visão objetivista de ciência. Desse último tipo de caso é particularmente representativa a divisão de áreas entre o marxismo — como ciência social — e a psicanálise — como ciência do inconsciente —, tanto na formulação de Escola de

Frankfurt, como também na formulação estruturalista. Nesse sentido, por exemplo, Habermas (1970) situa a psicanálise como voltada para a explicação da comunicação sistematicamente distorcida, não em função da dominação ideológica, mas em virtude de algo incompreensível e obscuro que remete à psicopatologia; ou ainda, Althusser (1975), mesmo considerando que Freud "descobriu" que o sujeito humano é cindido, restringe o papel da psicanálise na compreensão do social ao de uma provável contribuição futura para uma melhor inteligibilidade da estrutura da "*méconnaissance*" característica da ideologia.

Considerações Preliminares

Apresentei neste artigo o que me parecem ser as quatro posições básicas na controvérsia sobre o papel de *causas* e *razões* no contexto explanatório das ciências humanas e sociais. Nenhuma dessas posições reflete uma definição consistente desses dois tipos de explicação em uma concepção pragmática de cientificidade. A minha argumentação em outro artigo (Coutinho, no prelo) está voltada para uma discussão da importância de tal redefinição.

Como já mencionei anteriormente, vários autores de diferentes áreas têm proposto que a fundamentação das ciências humanas e sociais seja formulada em termos de uma concepção pragmática de cientificidade. A problemática relacionada com uma análise mais rigorosa da linguagem explanatória dessas ciências, tal como discutida na controvérsia aqui relatada, é central para esse propósito. Contudo, a defesa de uma redefinição pragmática de *causas* e *razões* foi feita raramente e, ainda assim, de forma incipiente ou mesmo inconsistente em certos aspectos (Coutinho, no prelo).

Entretanto é importante notar que a formulação de uma análise mais rigorosa da linguagem explanatória das ciências humanas e sociais é uma questão que parece não estar sendo mais nem cogitada no quadro contemporâneo. A controvérsia aqui debatida sobre *razões* e *causas* ocupou um lugar central no debate sobre a fundamentação dessas ciências por virtualmente duas décadas, 60 e 70. A partir da década de 80, ela praticamente "passou da moda". Evidentemente não se pode dizer que essa problemática tenha de alguma forma sido equacionada. Os autores das diversas áreas das ciências humanas e sociais continuam usando os conceitos de *razões* e *causas* de acordo com as mesmas posições que foram aqui classificadas; apenas tais posições deixaram de ser objeto de controvérsias. Os questionamentos centrais de autores preocupados com a fundamentação dessas ciências, que criticam a visão objetivista de linguagem científica, voltaram-se para uma problemática também muito relevante e de certa forma mais geral: a redefinição da noção de racionalidade implicada por uma visão pragmática de linguagem científica e, correlatamente, a redefinição da noção de crítica — ver, por exemplo, Bernstein, 1983; Brown, 1984; Hollis e Lukes, 1986; Margolis, 1986; Overing, 1985; Rorty, 1991a, 1991b.

Meu interesse na discussão da linguagem explanatória das ciências humanas e sociais não é certamente pelo seu valor histórico. Como já argumentei aqui, considero esse tipo de discussão mais específica extremamente relevante para a problemática dessas áreas. E, ainda mais, como vou argumentar (Coutinho, no prelo), acho que a posição que defendo nessa discussão é particularmente pertinente para uma compreensão da relevância social dessas ciências na sociedade contemporânea.

Referências

- Althusser, L. (1975). Freud et Lacan. *Positions*. Paris: Editions Sociales.
- Austin, J.L. (1961). *Philosophical papers*. Oxford: Clarendon Press.
- Austin, J.L. (1962). *How to do things with words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Barnes, B. (1982). *T. S. Kuhn and social science*. London: MacMillan.
- Bernstein, R.J. (1983). *Beyond objectivism and relativism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Bloor, D.C. (1991). *Knowledge and social imagery* (2ª ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Bouveresse, J. (1976). *Le mythe de l'interiorite*. Paris: Minuit.
- Brown, J.S. (Org.). (1984). *Scientific rationality: The sociological um*. Dordrecht: D. Reidel.
- Carnap, R. (1962). *Logical foundations of probability* (2ª ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Castel, F., Castel, R. & LoveII, A. (1979). *La société psychiatrique avancée: le modèle américain*. Paris: Grassei.
- Castel, R. (1981). *La gestion des risques*. Paris: Minuit.
- Chomsky, N. (1968). *Language and mind*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Collins, H.M. (1992). *Changing order*. Chicago: University of Chicago Press.
- Costall, A. (1980). The limits of language: Wittgenstein's later philosophy and Skinner's behaviorism. *Behaviorism*, 8, 123-131.
- Coutinho, A.R. (1994). Repensando a questão da subjetividade em uma perspectiva pragmática. Em J.F. Costa (Org.), *Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos* (pp. 61-117). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Coutinho, A.R. (1995). A questão da subjetividade: justificativa de uma abordagem transdisciplinar baseada na pragmática. *Cadernos de Subjetividade*, 3, 315-340.
- Coutinho, A.R. (no prelo). Cientificidade e relevância social - II: umarediscussão da questão de cientificidade e suas implicações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Day, W.F. (1969). On certain similarities between the *Philosophical Investigations* of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489-506.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1979). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frenkel-Brunswik, E. (1954). Psychoanalysis and the unity of science. *Proceedings of the American Academy of the Arts and Sciences*, 80, 271-350.
- Gadamer, H.G. (1983). *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Gould, S.J. (1978). Biological potential vs. biological determinism. Em A.L. Caplan (Org.), *The sociobiology debate* (pp. 343-351). New York: Harper & Row.
- Grice, H.P. (1969). Utterer's meaning and intentions. *Philosophical Review*, 78, 147-177.
- Habermas, J. (1970). On systematically distorted communication. *Inquiry*, 13, 205-218.
- Habermas, J. (1979). What is universal pragmatics? Em J. Habermas (Org.), *Communication and the evolution of society* (pp. 1-68). Boston: Beacon.
- Hacking, J. (1983). *Representing and intervening*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hart, H.L.A. & Honoré, A.M. (1959). *Causation and the law*. Oxford: Oxford University Press.
- Hartmann, H. (1959). Psychoanalysis as a scientific theory. Em S. Hook (Org.), *Psychoanalysis, scientific method and philosophy* (pp. 3-37). New York: New York University Press.
- Hayes, S., Hayes, L. & Reese, H. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's world hypotheses. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 50, 97-111.
- Hempel, C.G. (1965). *Aspects of scientific explanation*. New York: The Free Press.
- Hesse, M. (1978). Theory and value in the social sciences. Em C. Hookway & P. Pettit (Orgs.), *Action and interpretation* (pp. 1-16). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hesse, M. (1980). *Revolutions and reconstructions in the philosophy of science*. Brighton: Harvester.
- Hollis, M. & Lukes, S. (Orgs.). (1986). *Rationality and relativism*. Cambridge, MA: The M.I.T. Press.
- Knorr-Cetina, K.D. (1981). *The manufacture of knowledge*. Oxford: Pergamon Press.
- Kuhn, T.S. (1970). *The structure of scientific revolutions* (2ª ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Kuhn, T.S. (1979). Reflexões sobre os meus críticos. Em I. Lakatos & A. Musgrave (Orgs.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento* (pp. 285-343). São Paulo: Cultrix.
- Lakatos, I. & Musgrave, A. (Orgs.). (1979). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix.
- Latour, B. (1987). *Science in action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Latour, B. (1994). *Nunca fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Louch, A. R. (1966). *Explanation and human action*. Berkeley: University of California Press.
- Margolis, J. (1986). *Pragmatism without foundations*. Oxford: Basil Blackwell.
- Melden, A. (1961). *Free action*. New York: Humanities Press.
- Moore, B. (1978). *Injustice: The social basis of obedience and revolt*. New York: M.E. Sharpe.
- Moore, J. (1975). On the principle of operationism in a science of behavior. *Behaviorism*, 3, 120-138.
- Overing, J. (Org.). (1985). *Reason and morality*. London: Tavistock Publications.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. New York: The Free Press.
- Peters, R.S. (1958). *The concept of motivation*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Peters, R.S. (1970). Comment to S. Toulmin "Reasons and causes". Em R. Borger & F. Cioffi (Orgs.), *Explanation in the behavioral sciences* (pp. 27-41). Cambridge: University of Cambridge Press.
- Pickering, A. (1984). *Constructing quarks: A sociological history of particle physics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pickering, A. (Org.). (1992). *Science as practice and culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pitkin, H.F. (1972). *Wittgenstein and justice*. Berkeley: University of California Press.
- Popper, K.R. (1972). *Objective knowledge*. Oxford: Clarendon.
- Quine, W.V.O. (1951). Two dogmas of empiricism. *Philosophical Review*, 60, 20-46.
- Quine, W.V.O. (1960). *World and object*. Cambridge, MA: The M.I.T. Press.
- Quine, W.V.O. (1992). *Pursuit of truth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ricoeur, P. (1978). *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rieff, P. (1966). *The triumph of the therapeutic*. New York: Harper & Row.
- Rieff, P. (1979). *Freud: The mind of the moralist* (3ª ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Rorty, R. (1991a). *Essays on Heidegger and others*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rorty, R. (1991b). *Objectivity, relativism and truth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. New York: Harper & Row.
- Sahlins, M.D. (1978). The use and abuse of biology. Em A.L. Caplan (Org.), *The sociobiology debate* (pp. 424-427). New York: Harper & Row.
- Sahlins, M.D. (1979). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schafer, R. (1976). *A new language for psychoanalysis*. New Haven: Yale University Press.
- Schutz, A. (1962). *Collected papers* (Vol. I). The Hague: Nijhoff.
- Searle, J.R. (1971). What is a speech act? Em J.R. Searle (Org.), *The philosophy of language* (pp. 39-53). Oxford: Oxford University Press.
- Sherwood, M. (1969). *The logic of explanation in psychoanalysis*. New York: Academic Press.
- Skinner, B.F. (1953). *Science and human behavior*. New York: The Free Press.
- Smart, J. (1964). Contribution to "Causality and human behavior". *Proceedings of the Aristotelian Society*, 38, 143-148.
- Taylor, C. (1967). *The explanation of behavior*. New York: Humanities Press.
- Toulmin, S. (1969). Concepts and the explanation of behavior. Em T. Mischel (Org.), *Human action* (pp. 71-104). New York: Academic Press.
- Toulmin, S. (1970). Reasons and causes. Em R. Borger & F. Cioffi (Orgs.), *Explanation in the behavioral sciences* (pp. 1-26). Cambridge: University of Cambridge Press.
- Toulmin, S. (1972). *Human understanding*. Princeton: Princeton University Press.
- Toulmin, S. (1976). *Knowing and acting*. New York: MacMillan.
- von Wright, G.H. (1971). *Explanation and understanding*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Weber, M. (1947). *The theory of social and economic organization*. Oxford: Oxford University Press.
- Wilson, E.O. (1975). *Sociobiology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Winch, P. (1958). *The idea of a social science and its relation to philosophy*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. New York: MacMillan.

Recebido em 21.07.1993
 Primeira decisão editorial em 10.05.1994
 Versão final em 15.04.1996
 Aceito em 26.04.1996 ■